

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANDRÉ LUÍS VICENTE

**O CINEMA COMO ALTERNATIVA DE
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: Uma Nova
Ferramenta para o Programa de Preparação
para Aposentadoria da UNESP**



Rio Claro
2016

ANDRÉ LUÍS VICENTE

O CINEMA COMO ALTERNATIVA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL:
Uma Nova Ferramenta para o Programa de Preparação para
Aposentadoria da UNESP

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Riani Costa

Coorientador: Gilson Fuzaro Junior

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau
de: licenciado em Pedagogia.

Rio Claro
2016

370 Vicente, André Luís
V632c O cinema como alternativa de educação não formal : uma nova
ferramenta para o Programa de Preparação para Aposentadoria da UNESP
/ André Luís Vicente. - Rio Claro, 2016
51 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: José Luiz Riani Costa
Coorientador: Gilson Fuzaro Junior

1. Educação. 2. Sujeito espectador. 3. Instituição de ensino. 4.
Processo de aposentadoria. I. Título.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 NATUREZA, SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÃO DO CINEMA COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.....	10
2.1 A Natureza pedagógica do cinema	10
2.2 Sistemas significadores	11
2.3 Sujeito espectador	13
2.4 A Importância dos programas de preparação para a aposentadoria	13
2.5 Origens da relação entre o cinema e a educação no brasil.	17
2.6 A significação dos filmes.....	24
2.7 O cinema nas instituições de ensino.....	27
3 O PROCESSO DE APOSENTADORIA.....	29
3.1 O trabalho, o não trabalho e a aposentadoria.....	29
3.2 Assistências ao idoso	31
3.3 Nova regra da aposentadoria	36
3.4 Entendendo o envelhecimento para uma melhor qualidade de vida	36
4 O PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA DA UNESP – PPA	40
4.1 Sinopses dos filmes utilizados no programa de preparação para aposentadoria da UNESP no período de 29 de outubro de 2015 a 30 de março de 2016.....	42
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

Dedico este trabalho as pessoas mais importantes
da minha vida: minha mulher Juliana Cristina de
Souza e minha mãe Circe Galdino Vicente.

AGRADECIMENTOS

À minha família que sempre esteve comigo, me apoiando neste trabalho.

Ao meu Orientador e Coorientador, pela instrução e apoio.

À Universidade Estadual Paulista, pela oportunidade.

E a essa ciência que criou o universo e o sustenta, mantendo os meus pés no chão.

Para o pensar ingênuo o importante é a acomodação a este hoje normalizado. Para o crítico, a transformação permanente da realidade (FREIRE, 2205, p. 95).

RESUMO

Este trabalho procurou estabelecer uma relação entre o cinema, a educação e o Programa de Preparação para Aposentadoria da UNESP, para isso foi realizado um levantamento bibliográfico a partir de material já publicado sobre a relação entre o cinema e educação, programas de preparação para a aposentadoria e o processo de aposentadoria em si. Também foram apresentadas as sinopses dos filmes utilizados no Programa de Preparação para Aposentadoria da UNESP entre 2015 e 2016. O objetivo deste trabalho é demonstrar as possibilidades de utilização do cinema como alternativa de educação não formal no Programa de Preparação para Aposentadoria da UNESP de Rio Claro – SP.

Palavras-chave: Cinema. Educação. Programas de Preparação para Aposentadoria

ABSTRACT

This study sought to establish a relationship between cinema, education and Preparation Program UNESP retirement, for it was based on a literature from published material on the relationship between cinema and the education and training programs for retirement and the process of retirement itself. They were also presented synopses of the films used in the Preparation Program UNESP retirement between 2015 and 2016. The objective of this study is to demonstrate the possibilities of using the film as a non-formal educational alternative in the Preparation Program for Rio Claro UNESP Retirement - SP.

Keywords: Cinema. Education. Preparation programs for retirement.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho buscou estudar a relação entre o cinema e a educação não formal de adultos, partindo do pressuposto que o cinema tem uma função estratégica, pedagógica e politizadora na sociedade. O objetivo foi demonstrar a importância do uso do cinema como uma nova ferramenta para um Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA.

A aposentadoria marca uma nova etapa na vida das pessoas, podendo representar um período de muitas oportunidades, em função do tempo livre que passa a dispor, ou de isolamento, pela perda dos contatos intensamente vinculados ao trabalho.

Em um mundo em que as tecnologias avançam e encurtam distâncias, influenciando as relações sociais e culturais, os PPA's devem estar abertos a novas tecnologias e linguagens, ou seja, abertos a usar as suas vivências para se reinventar. Além de temas relacionados à aposentadoria, os filmes também possibilitam abordar temas polêmicos, sociais e reflexivos.

O uso de filmes deve ser visto como uma excelente ferramenta para abordar tais problemas de diversas perspectivas. Por isso, defende-se a ideia de que a experiência do cinema seja aproveitada nos PPA's.

A importância dos PPA's torna-se maior em um país que vem apresentando um acelerado processo de envelhecimento populacional e apresentando um aumento progressivo da expectativa de vida, permitindo que um grande número de pessoas permaneça como aposentado por 30 anos ou mais.

Diante dos aspectos apresentados até o momento, o objetivo deste trabalho é demonstrar as possibilidades de utilização do cinema como alternativa de educação não formal da população idosa, especialmente como uma das atividades dos Programas de Preparação para Aposentadoria.

Esse estudo foi elaborado por meio da revisão bibliográfica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica onde as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o assunto foram analisadas de forma atenta e sistemática para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado, buscando pesquisas e textos básicos já existentes sobre esta temática, tendo como referência artigos acadêmicos com base no Google Acadêmico.

A revisão da literatura buscou informações sobre a história do cinema e de sua utilização como recurso pedagógico, por um lado, e de envelhecimento da população e o processo de aposentadoria, com destaque para os Programas de Preparação para Aposentadoria-PPA.

O Cine-PPA da UNESP – Câmpus de Rio Claro utiliza o cinema como alternativa de educação não formal de trabalhadores que se aproximam da aposentadoria e de aposentados da instituição, além de realizar palestras mensais abordando temas relacionados à aposentadoria.

2 NATUREZA, SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÃO DO CINEMA COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

2.1 A Natureza pedagógica do cinema

A relação que as pessoas estabelecem com o cinema produz experiências subjetivas em cada pessoa, que se pode chamar de “competência para ver”. Essa competência não está somente relacionada ao fato de assistir filmes, mas também tem relação com o universo social e cultural dos indivíduos. Nesse sentido, Duarte (2009, p. 13) nos fala que “[...] dependendo de suas experiências culturais e da ‘maneira de ver’ do grupo social ao qual pertencem, onde uns veem um filme romântico com Leonardo di Caprio, outros verão um James Cameron exibicionista, [...]”. Ou seja, a preferência das pessoas pelo cinema esta diretamente ligada à origem familiar e social e ao hábito e os recursos necessários para apreciar um filme.

Ao usar essa “competência para ver” o indivíduo desenvolve certo domínio sobre a linguagem audiovisual, especialmente em uma sociedade como a nossa. A imagem em movimento tem relação com aquilo que somos, com nossas identidades, o que nos remete a uma reflexão sobre a importância da linguagem audiovisual na nossa sociedade. Valoriza-se muito, em nossa cultura, a linguagem escrita e a importância de conhecermos uma série de obras literárias, bem como seus autores; mas a leitura de imagens e a prática de ver e analisar filmes é de extrema relevância e importância para se transitar entre os diferentes campos da esfera social.

Parece ser desse modo que determinadas experiências culturais, associadas à certa maneira de ver filmes, acabam interagindo na produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais. Esse é o maior interesse que o cinema tem para o campo educacional sua natureza eminentemente pedagógica. (DUARTE, 2009, p. 18).

Ao se pensar na educação como um processo de socialização do indivíduo, esse processo torna-se extremamente relevante para a análise dos fenômenos sociais, surgindo correntes distintas para se definir o conceito de socialização.

Uma corrente é desenvolvida inicialmente por Durkheim, este vê a socialização como um mecanismo no qual o indivíduo interioriza as regras sociais e assimila de modo mais ou menos pacífico, as normas impostas pela sociedade para

aqueles que desejam participar. Para este autor o indivíduo nasce egoísta e não social, dispondo de instintos básicos, cabendo à sociedade na figura de adultos responsáveis inculcarem os requisitos necessários para se viver em sociedade. Para este, a educação é vista como uma transmissão de normas, valores e regras das gerações mais velhas para as mais novas, cabendo à primeira formar socialmente a segunda.

Outra corrente é desenvolvida num primeiro momento por Georg Simmel, que entende que o indivíduo socializado tem participação ativa no processo de socialização, isto é, a socialização é algo que está em contínua construção e os protagonistas são ao mesmo tempo agentes e produtos da interação social. Não se trata apenas de inculcar requisitos nas gerações mais novas, mas sim de um movimento contínuo, dinâmico de produção e reprodução, de perpetuação e de transformação, no qual a adaptação de uma nova geração ao mundo social modifica esse mundo.

Entretanto, para ambas correntes, a escola é vista como apenas uma das muitas formas de socialização de indivíduos humanos, como um entre diversos modos de transmissão e produção de conhecimento, de construção de padrões éticos, de valores morais e competências profissionais.

Muitas concepções veiculadas em nossa sociedade pelos atores sociais de certa maneira estão diretamente ligadas à determinada maneira de ver filmes, as significações que emergem das relações construídas entre espectadores e filmes, em ambas as correntes citadas acima, essas experiências culturais influenciam na construção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande número de atores sociais e esse é o maior interesse que o cinema tem para o campo educacional, sua exímia natureza, a natureza eminentemente pedagógica.

2.2 Sistemas significadores

Ao se conhecer os sistemas significadores utilizados na gramática cinematográfica para dar sentido as suas narrativas, o indivíduo é capaz de aprimorar sua “competência para ver”, permitindo um melhor aproveitamento e entendimento do filme, proporcionando uma experiência mais prazerosa com os mesmos.

Os sistemas de significação utilizados pelo cinema são: câmara, iluminação, som, fala, música e montagem ou edição. Com a câmara pode-se recortar os espaços, filmando assim em diferentes planos, a posição da câmara também produz diferentes significados, bem como o ângulo de filmagem, tomadas de perspectiva levam o espectador a ver como o personagem está vendo, movimentos com a câmara também produzem efeitos de aproximação, como o close-up, o foco o enquadramento.

A iluminação é responsável pelo jogo de claro/escuro, explosões de luzes podem sugerir fantasia, um modo mais realista pode ser criado por uma cena à luz de vela, a iluminação é responsável por dirigir o olhar e a atenção das pessoas.

O som pode ser diegético, ou seja, motivado por ações ou fatos que ocorrem durante a narrativa e está intrinsecamente ligado à imagem; o som não diegético, caracterizado pela trilha musical, serve como um amplificador do estado emocional, desempenhando um papel crucial nas narrativas fílmicas. A música interfere no modo como percebemos os diferentes momentos dramáticos da história.

A montagem e a edição proporcionam um conjunto de técnicas para articular esses diferentes sistemas. A montagem também proporciona entender a ordem na qual os planos se sucedem numa sequência temporal.

É importante lembrar que esses sistemas não fazem sentido, isolados, como Duarte (2009, p. 42) nos diz: “O cinema é um complexo de sistemas significadores [...]. A combinação pode ser feita com sistemas complementares ou conflitantes entre si, mas nenhum por si só é responsável pelo efeito total do filme”.

O significado cultural de um filme está relacionado ao contexto no qual ele é visto ou produzido; não são eventos culturais autônomos, são sempre produzidos a partir de valores e práticas sociais de diferentes culturas e também através de mitos, crenças das diferentes culturas. A indústria cinematográfica se preocupou em procurar formas de narrar que seja acessível a todos os tipos de pessoas, através de representações temáticas em comum nas diferentes culturas, como de representações de masculinidade, de feminilidade, de infância, de etnia, de misticismo etc. A autora ressalta que, no cinema dominante, sobressai o olhar masculino, branco, ocidental, heterossexual, ao invés de outras representações mais democráticas e mais plurais.

2.3 Sujeito espectador

Desde a antiguidade, contar histórias sempre foi uma boa maneira de se transmitir conhecimentos, valores e até mesmo regras para os mais jovens. O cinema aderiu a essa fórmula, narrando situações dramáticas que deixam nas entrelinhas esses valores, como por exemplo, uma narrativa que conduz o espectador a perceber que o “crime não compensa”, ou que o “bem sempre vence”, ou ainda que o “amor verdadeiro dura para sempre”. Essa natureza pedagógica de algumas histórias pode ser percebida com certo grau de facilidade, porém não se pode avaliar ainda com segurança a eficácia delas na formação daqueles em relação ao público a que se destinam.

Nesse sentido, pode-se afirmar que pesquisadores, professores e comunicadores ainda estão tateando esse assunto. Há pouco tempo existia a ideia que o espectador (receptor) recebia de forma passiva o conteúdo das mensagens transmitidas por produtos audiovisuais, tendo bloqueada sua sutileza pela complexidade da linguagem audiovisual, levando a um falso pensamento de que não havia razão para estudar os modos de recepção, bastando entender apenas o modo como às mensagens eram emitidas. Porém, nos anos 80, surgiu uma corrente que dizia que por trás desse receptor existia um sujeito social dotado de valores, crenças, saberes e informações próprias de sua cultura e ainda interagindo com o meio de forma ativa na produção desses significados, passou-se então, a tentar compreender também os mecanismos sociais, culturais e psicológicos participantes desse processo.

Vigotski (1989; 2001) diz que o indivíduo é um ser histórico, que se estabelece por meio das interações sociais, onde a sociedade está sempre em constante mudança, em desenvolvimento, ocorrendo mudanças que precisam ser entendidas através das relações dialéticas entre os indivíduos. Para ele, o homem se constitui pela relação do indivíduo com a realidade, não só enquanto meio social imediato, mas quanto processo cultural historicamente produzido.

2.4 A Importância dos programas de preparação para a aposentadoria

O aumento da expectativa de vida da população e seu reflexo na elevação da expectativa de sobrevivência, entendida como a quantidade estimada de anos a mais a

ser vivida por cada faixa etária, faz crescer cada vez mais o número de pessoas que se aposentam e o tempo médio de aposentadoria.

Atualmente, um brasileiro vive em média 74 anos, representando 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. No ano de 2050, essa expectativa alcançará 81 anos, num cenário onde o número de idosos será igual ao número de jovens e representarão 18% da população brasileira, ou seja, 47 milhões de pessoas em cada uma dessas faixas etárias, fato este que resultará num aumento significativo no número de pessoas que irão se aposentar, e conseqüentemente, passar por esse processo de transição entre o fim do vínculo empregatício e o começo da aposentadoria.

A aposentadoria marca uma nova etapa na vida das pessoas, podendo representar um período de muitas oportunidades, em função do tempo livre que passa a dispor, ou de isolamento, pela perda dos contatos intensamente vinculados ao trabalho.

Para amenizar os riscos da transição de um intenso período de responsabilidades e compromissos, para outro que traz uma radical mudança de hábitos e atitudes, as organizações públicas, privadas e do chamado terceiro setor devem refletir sobre a necessidade de tornar menos traumática possível essa fase, para tornar a aposentadoria um novo tempo, com novas perspectivas e novos desafios. Nesse sentido, surgiram os Programas de Preparação para Aposentadoria – PPA, previstos no Estatuto do Idoso e na Política Nacional do Idoso. Estes Programas são ótimas alternativas para preparar o futuro aposentado nesse período entre o fim do vínculo empregatício e o começo da aposentadoria.

A preparação – no sentido de tomada de consciência, alguns preferem o termo reflexão - consiste na busca de novas áreas de interesse para a pessoa, incentivando a descoberta de potencialidades e prevenindo conflitos emergentes, Enfim, ensinar que as possibilidades de ação não se esgotam com o fim de uma carreira. (ZANELLI, 1996, p. 32).

Conforme Rodrigues (2000), a aposentadoria como instituição social apresenta ideias contraditórias: na fase ativa de trabalho ela traz a ideia de tempo de liberdade, de realizações e de desobrigações; quando se está aposentado, o trabalhador é tomado pela nostalgia, pela saudade e pelo enfado.

Graeff (2002) traz a ideia que existe também uma contradição em relação ao tipo de trabalho desenvolvido: se é penoso, repetitivo aposentar-se pode representar uma

liberação do sofrimento, da contrariedade; em contrapeso, a cessação da atividade representa um problema e existe o desejo de se ter uma opção quanto ao tempo e a idade de se aposentar.

Debetri e Monteiro (1999) dizem que os PPA's necessitam desenvolver um trabalho interdisciplinar, de caráter biológico-psicológico-social para que os futuros aposentados possam construir uma noção de aposentadoria o mais próximo da realidade possível.

Victorelli (2007) relata sobre a contribuição que um PPA deve trazer para as pessoas, para que estas:

- Construam o seu próprio projeto de vida;
- Reflitam e discutam sobre as maneiras de usar o tempo livre após o desligamento;
- Se informem sobre as regras e leis que regem o sistema previdenciário;
- Melhorem sua qualidade de vida e participem de atividades ligadas à saúde, ao lazer e a interação social.

Segundo França (2000), o PPA deve ser baseado numa ampla discussão e avaliação dos fatos, dos riscos e das expectativas que os empregados próximos da aposentadoria projetem para a aposentadoria. Assim sendo, a preparação para a aposentadoria deve ser concebida como um processo educativo, continuado e interligado a um planejamento de vida. Para Netto (2009), as instituições, as empresas, o terceiro setor, os indivíduos e suas diversidades, e a sociedade na qual estão inseridos, devem contribuir para a constituição do ambiente de um PPA. Para um bom andamento do programa as empresas e as instituições necessitam possuir uma forte e coerente intenção política em viabilizar esse tipo de programa, por meio de ações como:

- A concessão de recursos humanos e materiais;
- A realização de pesquisas preliminares para se detectar as principais necessidades do público-alvo;
- A formação de uma equipe multidisciplinar de profissionais para coordenar e implantar o programa;
- A participação de aposentados que desenvolveram experiências positivas pós-aposentadoria

- A participação de familiares próximos no processo de transição do empregado que se encontra prestes a se desligar.

A ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (2003) recomenda que um PPA aconteça pelo menos três anos antes da data prevista para o desligamento do funcionário, e que a preparação inclua a identificação de habilidades e capacidades do futuro aposentado, bem como as principais armas de combate ao estresse e de gerenciamento eficaz do tempo. O programa deve informar ao empregado a necessidade de se estabelecer uma nova rede de relacionamentos, pois na condição de aposentado muitos contatos serão perdidos. Esta nova rede de relações que o aposentado estabelecerá e chamada pela (ABRAPP, 2003) de net living (rede de convivência social), em contraposição ao net work (rede de relações no trabalho).

Entretanto, as organizações têm encontrado diversos percalços para o estabelecimento e o desenvolvimento de políticas de PPA. Além de problemas financeiros, justificados por instabilidades e crises econômicas, por constante enxugamento de quadros de funcionários, pelas implantações de novas tecnologias, a impossibilidade de se mensurar com exatidão os benefícios proporcionados pelos PPA se torna um evidente obstáculo à sensibilização de empresários, instituições e da própria sociedade para sua adoção.

Fagundes (2008) sintetiza em três pilares básicos o PPA, a serem pensados durante a preparação:

- psicológico: o aposentado terá de se acostumar com a ideia de que não irá mais ter que se preocupar em realizar suas atribuições inerentes ao seu trabalho, devendo se preocupar psicologicamente para uma nova realidade, em que estas demandas não existirão mais;
- atividades futuras: o aposentado deve pensar no seu perfil de trabalho, fazer análise de suas características pessoais, habilidades, preferências, para descobrir o que irá fazer depois. Podendo se associar a ONGs, entidades assistenciais, igrejas, entidades filantrópicas, etc.;
- financeiro: se este aspecto não estiver bem equacionado, dificilmente o aposentado irá conseguir realizar as outras coisas. É fundamental o planejamento financeiro, saber o quanto vai gastar a partir de seu desligamento com o trabalho para frente e fazer uma análise de sua expectativa de vida.

2.5 Origens da relação entre o cinema e a educação no Brasil.

Em 1895, quando o cinematógrafo chegou ao Brasil, a imagem já era considerada importante no auxílio do ensino. A formação dos educadores era voltada ao uso de métodos educacionais, entre os quais a observação ao natural e através de representações visuais, consideradas importantes para a definição dos processos de aprendizagem. Devido à popularização dos novos processos de impressão e reprodução de fotografias e ilustrações e também da imagem-técnica e, as figuras invadiram os materiais didáticos e o cinematógrafo veio se aliar a essa tendência, como um compromisso de tornar as lições mais atraentes e efetivas.

Na origem da história do cinema, surgiram duas formas distintas de expressão cinematográfica, uma de natureza científica e outra pedagógica, a cinematografia científica e a cinematografia educativa e estas se confundiam. Hoje se faz uma diferenciação que não estava tão presente na produção intelectual do início do século XX.

No Brasil, Roquette-Pinto introduziu uma experiência pioneira nesse campo que, refletindo sobre a utilização educativa do filme, em 1910, iniciou uma filmoteca de caráter científico e pedagógico no Museu Nacional. Essa filmoteca foi enriquecida pela produção de filmes realizados pelo próprio idealizador da filmoteca e também pelos primeiros cinematografistas brasileiros. Em 1912, Roquette-Pinto trouxe de Rondônia, os primeiros filmes sobre os índios Nanbikuaras como resultado de uma viagem que realizou em companhia da Comissão Rondon. Essas películas e audiograções foram exibidas em 1913, no salão de conferências da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, quando Roquette-Pinto abordou o assunto, passando assim a integrar a Filmoteca Educativa. Ao mesmo tempo em que o número de tentativas de utilização do cinematógrafo para o registro de fenômenos naturais e processos científicos aumentava, começavam a despontar, as primeiras manifestações de intelectuais e educadores que “encontravam” a possibilidade de aproveitamento desses e de outros filmes para a educação. Existiu certa resistência em reconhecer o potencial educativo do cinematógrafo e do filme, foi necessário pelo menos mais duas décadas, até o início dos anos 1930, para que as instituições de ensino se apropriassem da cinematografia.

As primeiras menções ao uso sistemático do cinematógrafo no Brasil, em sala de aula estão no livro didático *Epítome de História Universal*, para o ensino de História, publicado por Jonathas Serrano, também no ano de 1912. Em seguida, em outra publicação de Serrano, no ano de 1917, *Metodologia da História*, voltou a ser abordado o uso educativo do filme. Outro pioneiro do uso sistemático do filme em sala de aula foi o professor Venerando da Graça, que realizou uma série de experiências com este intuito, entre 1916 e 1918 (ALMEIDA, 1931, p. 185). A apreensão com o conteúdo dos filmes e sua autoridade sobre o público era grande entre os intelectuais brasileiros. A assimilação do cinema e dos filmes pela instrução pública foi resultado de uma articulação entre a importância que se atribuía à importância da imagem-técnica para a aprendizagem e a inquietação com a capacidade dos filmes de influenciar comportamentos e cultivar hábitos. No livro *Cinema contra Cinema*, numa nota de rodapé, Almeida (1931) menciona um relato publicado pelo *Diário de S. Paulo*, em 8 de agosto de 1930, pelo professor Gastão Strang, que se referia a uma experiência vivida por esse professor em 1912:

[...] há dezoito anos [1912], quando eu dirigia o grupo escolar de Leme [interior de São Paulo], tive oportunidade de constatar a grande influência exercida pelo cinema no espírito infantil. Levamos, certa vez, cerca de 60 meninos ao cinema local, que anunciava a exibição de uma das películas em que aparecem muitos cavalos e se disparam muitos tiros... No dia seguinte, qual não foi meu espanto quando, no recreio, deparei com uma porção deles a imitar as cenas de aventuras dos cangaceiros da tela? Resolvemos então, em vista disso, por curiosidade, dar em aula um trabalho escrito em que os alunos deveriam, com toda a liberdade de ação, reproduzir as impressões da fita a que haviam assistido. O resultado que obtive, estudando através do escrito a alma impressionável da criança, foi o seguinte: sensíveis 7; indiferentes 16; com tendências mórbidas 37. Confrontando, mais tarde, esses resultados com as informações sobre o temperamento dos meninos que nos forneceram os respectivos pais, a conclusão final da experiência constitui uma prova de que fora extrema, nesses pequenos, a impressão [provocada pelo filme] (ALMEIDA, 1931, p. 147).

No Brasil, este é um dos primeiros registros, de uma verificação acerca do impacto causado pelo cinema sobre as crianças. Para os precursores da cinematografia educativa no Brasil pesquisas semelhantes a essas eram consideradas uma forma de contrapor o “bom” ao “mau” cinema, como Lourenço Filho nos fala no prefácio de seu livro *Cinema contra Cinema*:

[...] este livro defende uma tese de grande interesse para todos quantos se preocupam com as coisas da educação: a de que o cinema deve curar-se com o próprio cinema, ou seja, a de que, às exibições de mau efeito, sobre

crianças e adolescentes, deve contrapor-se o cinema educativo. Daí, o título assaz expressivo de “cinema contra cinema” (Almeida, 1931, p. 5).

No início da década de 1920, após várias tentativas e experiências, se estabeleceu um discurso social sobre cinema e o filme educativo e, foi feito um grande esforço para sistematizar o uso regular desse tipo de filme na instrução e na educação durante essa década. A primeira cátedra universitária que se dedicou ao assunto surgiu em 1920, na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos e ao mesmo tempo, em vários países, serviços oficiais de censura cinematográfica se constituíam. As primeiras investigações de metodologias para a utilização do cinema em sala de aula eram realizadas, as primeiras pesquisas acadêmicas sobre o efeito do filme na instrução e na formação do caráter das crianças, adolescentes e adultos, emergiam os primeiros aparelhos portáteis de projeção e tomada de vistas surgiam popularizando o consumo privado e doméstico, tanto das fitas como da produção dessas. No final da década de 20, as dúvidas sobre a condição educadora do cinema foram se extinguindo conforme noticiado no Jornal do Brasil, que até os mais relutantes em assumir sua crença, já não escondem seu entusiasmo por essa nova forma de transmissão dos conhecimentos.

Os educadores envolvidos com a cinematografia educativa estavam convencidos de que esta se fazia presente na vida das pessoas e não podia ser desconsiderada ou simplesmente abolida do sistema educativo e tinham em mãos uma ferramenta de comunicação eficiente para interagir com uma população espalhada pelo vasto e inabitado território nacional, e sem esta, estariam inviabilizando o projeto de desenvolvimento da nação brasileira republicana.

A cinematografia passa a ser percebida como uma promessa de solução célere para a dificultosa tarefa da educação dos brasileiros, implicando num caminho fácil para ultrapassar a incapacitação do povo de se comunicar e entrar em contato com o resto do mundo.

Peixoto nos diz sobre as possibilidades do cinema no tangente ao ensino:

Pelo cinema os homens se podem comunicar, sem que saibam ler... Basta que vejam. No fundo do Mato Grosso ou de Goiás, uma fita exhibe, mostra, informa, comunica, como se portam as urbanidades polidas de Paris, Nova Iorque, Melbourne ou Rio de Janeiro, como livros, jornais, telegramas, cartas, jamais poderiam fazer. [...] Portanto, sem ênfase, o cinema pode e deve ser a pedagogia dos iletrados, dos analfabetos que apenas sabem ler, dos que sabendo ler não sabem pensar, obrigando as inteligências opacas, lerdas e preguiçosas a se revelarem, numa ginástica para compreender, e

para acompanhar, e deduzir, e prolongar a fita que, por certo não tem comparação com nenhum dos outros precários e reduzidos e parciais e rudimentares meios de ensino (PEIXOTO, 1929, p. 5).

Através do empenho dos educadores atraídos pela cinematografia educativa, esta influenciou outros segmentos sociais e passou a integrar políticas públicas para a educação nacional. Importantes produtores brasileiros de filmes aderiram a esse movimento, pois viam aí uma oportunidade de firmar-se num mercado até então dominado pelos estrangeiros. No mês de janeiro do ano de 1932, circulou uma notícia de que os distribuidores de películas seriam favorecidos em sua atividade por um projeto de lei do Governo Provisório, que desobrigava o pagamento de impostos na importação de filmes educativos, então, os produtores nacionais se coligaram e criaram a Associação Cinematográfica dos Produtores Brasileiros (ACPB). Quando Getúlio Vargas rubricou o Decreto 21.240, em abril de 1932, consolidando a iniciativa, a ACPB já possuía seus estatutos, tinha constituído uma diretoria e havia conquistado benefícios no texto da lei. A lei satisfaz também aos interesses dos educadores que, enfim, tinham conseguido a inclusão na Legislação Federal do reconhecimento do cinema como um aparelho importante para a educação, reafirmando, no texto legal, vários de seus propósitos a esse respeito, além de terem assegurado através de um serviço específico e centrado de censura, fundado no mesmo decreto, no Ministério da Educação.

O decreto tornou nacional o serviço de censura cinematográfica, diminuiu as taxas de importação de filmes virgens comprometendo o Estado brasileiro com o futuro da cultura nacional de filmes e com a cinematografia educativa. No decreto se destaca, em especial, o reconhecimento da importância e da aceitação social do filme, e também a identidade do cinema como um recurso de difusão estratégico para a educação nacional, apto a atingir uma grande proporção de pessoas. São esses os elementos do discurso dos educadores sobre a cinematografia educativa, expressando o envolvimento de alguns representantes do movimento da cinematografia educativa na redação da legislação sobre o cinema, que acabaram incorporados ao texto da lei, como ocorreu durante toda a década de 1930.

Uma vez que a principal demanda vinha dos educadores, o órgão inicialmente designado de realizar a censura de filmes em âmbito nacional foi o Ministério da Educação e Saúde Pública, como reza o art. 2º do Decreto. Garantiu-se que a censura cinematográfica deixaria de ser imputação da polícia local, exercida sem

normas e preceitos, ao gosto do delegado de polícia, do pároco ou do prefeito, para ser um serviço nacional sob responsabilidade de um governo envolvido com a educação da população. Posteriormente a cada visualização de filme, a Comissão de Censura deliberaria: se o filme poderia ser inteiramente exibido ao público; se precisaria sofrer cortes; se deveria ser classificado, ou não, como filme educativo (circunstância em que seria beneficiado por incentivos fiscais); se deveria ser declarado como inadequado para menores; se a exibição deveria ou não ser totalmente interdita. No rol de razões para a proibição de determinados títulos, encontra-se uma série de tópicos bem conhecidos: a ofensa ao decoro público; a capacidade de influenciar e provocar sugestão para os crimes e maus costumes; as alusões que prejudiquem a cordialidade na relação com outros povos; os insultos a particulares e a coletividades; o desrespeito a credos religiosos; o prejuízo à dignidade nacional e os incitamentos contra a ordem pública, as Forças Armadas e o prestígio das autoridades e seus agentes, sendo esta a primeira classificação normativa brasileira para audiovisuais.

A lista exprime o entendimento do poder de persuasão dos filmes sobre as plateias. A definição de um serviço nacional de censura foi cogitada a partir do desejo de proteção aos menores e dos menos letrados, considerados mais despreparados para lidar com o cinema de maneira crítica e autônoma.

Os produtores brasileiros de filmes avaliavam que, com mecanismos de proteção, subsidiados com base em recursos públicos e protecionismo fiscal, sua indústria sofreria um grande impulso. Nesse sentido, determinava-se, no art. 15º, a promoção de um Convênio Cinematográfico Educativo, almejando futuramente a uma programação infantil e à organização de um cinejornal brasileiro. A finalidade deste Convênio Cinematográfico Educativo seria: a instituição permanente de um cinejornal, filmado em todo o Brasil e com motivos brasileiros; a instituição permanente de espetáculos infantis, de finalidade educativa; a instituição de incentivos e facilidades econômicas às empresas nacionais produtoras de filmes e aos distribuidores e exibidores de filmes em geral; o apoio ao cinema escolar (BRASIL, 1932).

Consequente, o único resultado favorável conquistado pelos produtores da ACPB foi o barateamento do filme virgem importado. A concretização do Convênio Cinematográfico Educativo, deliberado pelo Decreto 21.240, ficou sob imputabilidade

do Ministério da Educação e Saúde Pública e só começou a ser discutido no ano seguinte. A obrigatoriedade da exibição de cinejornais, entendida como uma fonte de renda permanente para a manutenção da Indústria Cinematográfica Brasileira, só vigorou em 1934, após as discussões do Convênio Cinematográfico Educativo, que não chegou a ser celebrado.

Num encontro com produtores brasileiros, no ano de 1934, o presidente Getúlio Vargas fez um pronunciamento no qual posicionou o papel do cinema e dos filmes em seu projeto de Governo e de Nação. Vargas tinha uma visão pragmática do que almejava ver estampado na tela nacional. Para o chefe de governo, o cinema estava entre as formas mais competentes de instrução de que dispunha o Estado moderno porque, na concepção por ele defendida, a fita cinematográfica “influi diretamente sobre o raciocínio e a imaginação dos espectadores de qualquer classe social” (VARGAS, 1938, p. 188). Aperfeiçoa-se, no público, a qualidade de observação, acresce os cabedais científicos, expõe o conhecimento das coisas sem exigir o esforço e as reservas da erudição que o livro requer. Ao oposto das gerações do passado, que desprendiam um tempo demorado com a leitura dos textos, a evolução das pesquisas científicas e os acontecimentos da história, por exemplo, já poderiam ser sentidas pela sua representação na tela sonora. Para Vargas, a realidade do flagrante fotográfico, obtido na própria trama das circunstâncias, futuramente seria, o documento privilegiado dos cronistas e historiadores. Esta visível simplicidade epistemológica na compreensão do produto cinematográfico como um retrato fiel da realidade à época, já arguida por alguns críticos e teóricos do cinema ofusca a percepção do filme como uma elaboração discursiva, presente também no pronunciamento do chefe da Nação.

No clamor de Vargas, norteados pela argumentação dos educadores que se dedicam à cinematografia, o cinema seria o livro de imagens lustrosas, através do qual nossas populações praieiras e rurais aprenderiam a amar o Brasil, aumentando a crença nos destinos da pátria. Para a classe dos analfabetos seria essa a disciplina pedagógica mais primorosa, mais simples e impressiva; para os letrados, um recurso magnífico, toda uma escola em imagens. “Associando ao cinema, o rádio e o culto racional dos esportes, completará o governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil de seus instrumentos

imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil” (VARGAS, 1938, p. 189).

Todos se interessavam pelo cinema e seu potencial tanto educativo como aliciante, desde o governo, o presidente, os políticos, a imprensa, os educadores e os produtores brasileiros. Os educadores que se interessavam pela cinematografia educativa alcançaram grandes conquistas no Governo Provisório. A conquista principal foi sem dúvida alguma, a reintrodução de um Ministério da Educação, que podia litigar, junto ao núcleo do governo, medidas eficazes de regulação do cinema comercial e da cinematografia educativa. Nas primeiras décadas do século XX, um parte dos intelectuais e educadores brasileiros se encantaram com as possibilidades de fazer uso da cinematografia para a difícil tarefa da instrução pública e da educação da nação brasileira. Aparelhados ao redor de seus interesses comuns, saíram em defesa dos seus pontos de vista, obtendo sucesso em várias de suas iniciativas. Num caminho de perdas e ganhos, primeiro foi preciso estabelecer a diferença entre a cinematografia científica e a cinematografia educativa. Em seguida, fazer com que a decisão sobre o bom e o mau cinema deixasse de ser problema, da política, de polícia ou dos poderosos com seus interesses locais, para ser uma mostra da mais alta autoridade educacional do País. Foi preciso negociar com o governo e com os interesses privados no mercado cinematográfico para se conseguir essa conquista. Com o caminhar do Governo Provisório para uma solução autoritária de continuidade, o bloco político no poder passou a se interessar mais pela aptidão de aliciamento e domínio político oferecido pelo cinema do que pela sua potencialidade para resolver o problema da educação pública, e o Convênio Cinematográfico Educativo não passou de promessa. Para que a cinematografia educativa voltasse a ter força em âmbito nacional, criou-se, junto ao Ministério da Educação, um novo Instituto Nacional de Cinema Educativo, o INCE.

Dessa forma, supõe-se que o propósito de usar o cinema como instrumento para educação escolar das massas tenha sido compartilhado, desde o começo, por gestores públicos, educadores, produtores de cinema e que esse consenso pode ter auxiliado a configurar o que estamos determinando como “uso instrumental” de filmes em projetos educacionais.

2.6 A significação dos filmes

Em relação a todas as outras artes, os filmes criam um efeito de realidade que as superam, essa superioridade que a imagem em movimento produz convencionou-se chamar de “impressão de realidade”, que é considerada a base do sucesso do cinema.

Quando se tem contato com um filme, abre-se “mão” temporariamente da realidade e aquela ficção sugerida pelo filme passa a ser a verdade do espectador para que sua experiência com o filme possa ser prazerosa, bem sucedida e em última instância para que o filme tenha um significado.

Outro fator para uma significação dos filmes é a identificação, ou seja, o meio como um indivíduo assimila determinado processo, propriedade ou atributo e o transforma de forma total ou parcial conforme o modelo escolhido, isto é, a maneira na qual o indivíduo humano se constitui como tal, no caso dos filmes, é quando o espectador se identifica com determinado filme e usa essa experiência adquirida para a transformação. É a identificação a responsável por criar um vínculo entre o espectador e a trama de modo que o espectador se reconhece na trama apresentada.

A interpretação dos filmes é a forma pela qual se atribui significados a ele e esta é produto de um esquema altamente sofisticado e muito complexo que tem como estrutura de base a articulação entre informações sobre mecanismos sociais, culturais e psicológicos aliados à recepção, a denominada “competência para ver” serve como suporte para essa articulação, associando-se a essas estruturas recursos de natureza cognitiva como a atenção, a concentração, a percepção das formas e dos movimentos, de luz e sombra, capacidade de análise e memória e também conhecimentos mais elaborados, como conteúdos escolares, contatos com outras formas de arte, acesso a informações específicas sobre cinema e assim por diante.

O conceito de imago pode ajudar a entendermos esse processo de significação, segundo Duarte (2009, p. 61), imago “é uma espécie de referencial inconsciente que orienta, seletivamente, a forma como aprendemos o mundo”. Um esquema imaginário que compreende sentimentos e comportamentos adquiridos pelo indivíduo por meio do qual esse indivíduo visa o outro. As imagos produzidas

pelo contato com os filmes devem ser tratadas aqui como marcas impressões, sentimentos, são significantes que receberão um significado lentamente de acordo com os conhecimentos que o indivíduo possui de si próprio, da vida e, sobretudo da linguagem audiovisual.

A significação não se dá de forma imediata e sim por um entendimento que vai se organizando e sendo ressignificado num processo social dinâmico, também não se dá de modo individual, existe uma necessidade de falar dos filmes com outros espectadores, no qual o discurso do outro é tão importante quanto o seu e serve de base para reflexões e até mesmo para as ressignificações.

As imagos tem uma relação direta com os sentimentos de afetividade, as emoções e as funções da mente. Inclui-se aqui Wallon para tratar da constituição dos dois primeiros elementos no indivíduo e para se falar de função mental, pensamento, memória, percepção e atenção, falar-se-á de Vigotski.

Wallon (1879), citado por Arantes (2002), imputa às emoções um papel central na evolução da consciência, considerando-a como fenômeno psíquico e social, além de orgânico. Para ele, emoção e razão estão conectados, onde o desenvolvimento da afetividade depende das composições realizadas no plano da inteligência, assim como a evolução da inteligência depende das construções afetivas, podendo predominar uma fase ou outra durante o desenvolvimento humano.

Os conceitos de emoções e afetividades estão interligados no processo de desenvolvimento individual de cada indivíduo. Desse modo, se um sujeito está, com problemas afetivos, e, portanto emocionalmente desequilibrado, não se desenvolverá cognitivamente como deveria. Da mesma forma, para que um determinado indivíduo consiga entender e compreender suas emoções e sentimentos é preciso que sua racionalidade esteja bem estruturada, como por exemplo, a organização de ideias.

Vigotski coloca que o pensamento tem sua gênese na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afetos e emoções Oliveira (2004), onde a completa compreensão do pensamento humano só é possível quando se compreende sua base afetivo-volitiva.

Essas construções são baseadas tanto nas “funções mentais” de Vigotski, como nas relações de afetividade e cognição de Wallon, a pessoa, através da linguagem, de

mediador dessas relações, deve trabalhar a compreensão dessas emoções e funções mentais numa tentativa de que haja mudanças nas histórias de vida desses indivíduos.

As funções cognitivas de atenção, percepção, memória, entre outras, são importantes para a interpretação e entendimento dos filmes. Os significados dados por cada um estão relacionados às suas histórias de vida e à cultura em que estão inseridos.

Para Munsterberg (2003) de todas as funções internas a atenção é a mais fundamental, pois esta cria o significado do mundo exterior, selecionando o que é significativo e relevante. Tudo se regula pela desatenção e pela atenção, no entanto, o que entrar no foco da atenção se destaca e irradia significado no desenrolar dos acontecimentos, por isso a atenção leva-nos a ignorar tudo o que não satisfaça aquele interesse específico.

Balázs (2003) afirma que ao vermos um filme, se interage de tal modo que o nível dessa interação reflete diretamente na influência que sofreremos do mesmo. Essa influência pode se manifestar de várias maneiras, considerando o nível de percepção e realidade de cada indivíduo. O autor afirma também que a interação com esse tipo de arte é única justamente por esse efeito de “identificação”.

Através da identificação os filmes permitem, se ver dentro dos personagens sem utilizar a nossa visão, mas sim a deles. Tentando nos colocar em seu lugar, compreender a sua alegria, dor, felicidade ou angústia. Sendo assim, esse tipo de arte nos permite entender o impacto que as mídias podem ter sobre os espectadores.

Quando se pensa em cinema e educação, deve-se levar em conta os processos de socialização na formação cultural e educacional do indivíduo. A educação faz parte do processo de socialização, mediada pelas leituras, filosofia e sociologia, permitindo que as pessoas tenham acesso a informações e, a partir destas, possam estabelecer novos pensamentos que acarretará em novos comportamentos. O cinema assim como a educação, pode e deve ser considerado instrumento de socialização.

Os processos de desenvolvimento podem ser entendidos a partir das interações sociais, é sabido que as relações com o outro são construídas

dialeticamente, seja com os pais, nas escolas ou nos meios sociais. O indivíduo necessita do outro para se constituir quanto sujeito.

A partir da Psicologia Histórico-cultural pode-se perceber a Linguagem Cinematográfica repleta de significados. Ela é construída com os significados do cineasta, do elenco e da equipe técnica que está produzindo o filme, dos objetos, que vão dando forma ao filme e estes por sua vez possuem novos significados ao ser assistido. Com isso, percebemos que as relações dialéticas estão a todo tempo sendo construídas e mediadas pelo filme.

2.7 O cinema nas instituições de ensino

Existe uma necessidade de se explorar filmes na escola, mas não somente como recurso de apoio didático, de segunda ordem e sim como uma ferramenta de natureza pedagógica, o cinema em sala de aula pode ser utilizado como ferramenta pedagógica para ajudar no ensino-aprendizagem. Segundo Carmo (2003), educar pelo cinema ou utilizar o cinema no processo escolar ou acadêmico é ensinar a ver diferente, é educar o olhar, decifrar os enigmas da modernidade na moldura do espaço imagético, é criar no espectador a “competência para ver”. O professor precisa saber ler as imagens, é necessária uma cultura cinematográfica, uma impressão de realidade para entender a comunicação do cinema. Carmo (2003) afirma também que aprender a ver cinema é realizar o rito de passagem do espectador passivo para o espectador crítico. Deve-se contribuir no processo de "ensinar a ver", porém, deve-se preocupar também com a escolha dos filmes, a partir do que sabemos sobre cinema e sobre o que se quer mostrar. O cinema é uma rica fonte de conhecimentos, apesar de termos certa dificuldade em percebê-lo desta maneira; e é, também, uma forma de arte.

Tratando-se de pesquisa o filme torna-se bem mais delimitado que o cinema, ele pode ser estabelecido segundo critérios estabelecidos previamente, de acordo com os objetivos que se deseja atingir, lembrando que um filme combina elementos da cultura aos sistemas utilizados na construção de suas imagens, ou seja, seus sistemas significadores.

Para a realização de uma análise descritiva de um filme, é preciso, cruzar os diferentes elementos de significação presentes nas culturas nas quais são vistos e

produzidos, isto é, procura-se identificar e descrever o(s) significado(s) de narrativas fílmicas no contexto social da qual elas fazem parte.

Um recurso de pesquisa que se tem mostrado bem produtivo é a definição de um eixo temático, uma questão ou um problema que oriente a interpretação de diferentes filmes.

Filmes são uma fonte muito rica de pesquisa sobre temas e problemas que interessam aos pesquisadores da área de educação. A análise comparativa de diferentes cinematografias pode fornecer um vasto material para estudo e reflexão acerca de estratégias de escolarização e de transmissão de saberes de diferentes culturas em diferentes sociedades (DUARTE, 2009, p. 91).

Lembrando-se sempre que ao se utilizar um filme como objeto de estudo não se deve tirar ou negar sua magia e seu encantamento na sua condição de arte para entendê-lo como um produto cultural que veicula e reflete crenças e valores da sociedade na qual está inserido.

Em nossas análises não nos cabe despedaçá-los, destrinchá-los em fragmentos insignificantes e descontextualizados até que percam o encanto e o poder de sedução. Ver e interpretar filmes implica, acima de tudo, perceber o significado que eles têm no contexto social do qual participam (DUARTE, 2009, p. 92).

3 O PROCESSO DE APOSENTADORIA

3.1 O trabalho, o não trabalho e a aposentadoria.

Parece paradoxal se falar em trabalho, quando buscamos compreender melhor o processo da aposentadoria, porém trabalho e aposentadoria não podem ser considerados partes contrárias da realidade, mas sim complementares.

Ainda que a origem da palavra trabalho seja insuficiente para sua conceituação ela demonstra sociologicamente que sua tradição é carregada de valores ora depreciativos, ora penosos, sempre significando fadiga, esforço, sofrimento, cuidado, encargo, ou seja, ao longo dos tempos sempre demonstrou ser um valor negativo. Em sentido amplo o autor define trabalho como sendo:

[...] toda atividade humana que transforma a natureza a partir de certa matéria dada. No sentido empregado correntemente em economia, trabalho são as tarefas desenvolvidas pelo homem, geralmente com o auxílio de instrumentos, sobre matéria bruta (...) ou sobre matéria prima (...) em vista da produção de (bens) (valores), sob forma de objetos ou serviços (NETTO, 2009, p. 15).

Para se entender a relação do trabalho com a aposentadoria deve-se sublinhar o enfoque dado ao trabalho em função da produção social, nestes termos o trabalho pode ser conceitualizado como: uma atividade útil que tem em vista realizar um resultado concreto; o resultado útil desprende-se da pessoa que o persegue; é uma atividade móvel que acrescenta continuamente alguma coisa de novo à obra inacabada.

O trabalho pode ser visto sob vários aspectos, entre outros, o sociológico, o jurídico, o político, o econômico, o filosófico, no geral é dado um maior ênfase ao trabalho no seu aspecto econômico, como forma de se produzir bens e serviços. Em cada contexto histórico o trabalho assume diferentes características e modalidades, mas sempre se utilizando dos meios mais primitivos aos mais sofisticados de que hoje se dispõe.

No momento em que o trabalho se refere ao homem como pessoa, sujeito, dotado de certa inteligência e vontade, podendo agir livremente, neste plano aparecem às características de cada sujeito e esse agir permite que cada pessoa imprima suas características próprias no seu trabalho, salvo num processo de grande escala, onde há certo distanciamento do homem em relação a seu produto

final. Quando o trabalho se insere em sua finalidade social é valorizado pelo sujeito, da mesma maneira existe uma alienação, uma incapacidade de se valorizar o trabalho quando este está distanciado em relação a sua obra final. Nesse sentido a autora nos fala:

Mas o homem não pode “se coisificar” ao integrar o mundo do trabalho. Ele não pode ser, seja qual for o regime de produção em que se insira, apenas uma peça, um mecanismo que se substitui ou se reforça, que se coloca e/ou que se tira, de que se auffer “a mais valia”, cuja depreciação se calcula e de que se desfaz quando se torna “não útil” (NETTO, 2009, p. 17).

Existe um grande vazio entre as concepções de trabalho como valores as concepções que se fizeram ao longo do tempo nos trabalhos historicamente falando a que o homem foi submetido, desde o desprestígio do mundo grego, até a escravidão do final do século XIX. É importante ressaltar que, quando se compara o valor trabalho com outros valores, estes se hierarquizam. Não podemos dizer que o trabalho é valor, deve-se requerê-lo com outros valores, como, por exemplo, o lazer, a educação, a saúde, a família, a sociedade, a vida.

Não trabalho é todo o tempo útil que o sujeito dedica ao gozo e a preservação de outros valores que além dos supracitados podemos acrescentar a cultura, a arte e a dedicação a programas de assistência social e porque não dizer a programas de preparação para aposentadoria, pois como dito anteriormente, trabalho, aqui também se inclui o não trabalho e a aposentadoria não podem ser considerados partes contrárias da realidade, mas sim complementares.

O trabalho é uma realidade social e esta é regulada pelo direito e no decorrer da história foi regulado de diversos modos, porém sempre procurando se resguardar o seu valor como um meio para sua preservação de maneira objetiva e obrigatória.

Por se tratar de uma realidade social há um “direito-dever” de se trabalhar, direito como uma forma de assegurar sua própria subsistência e do núcleo familiar, e também de se ter acesso a outros valores já mencionados, dever social porque todo trabalho é um fato coletivo, sendo a cooperação a sua nota característica e essencial.

Ao se disciplinar o trabalho, o direito faz dois cortes que se deve aqui levar em consideração: a) trabalho do adulto, com normas específicas para cada modalidade de trabalho; b) direito ao “não trabalho” da aposentadoria, após

determinado número de anos trabalhado associado à idade e à contribuição à previdência social.

A aposentadoria é o coroamento de uma vida de trabalho envolvendo duas relações jurídicas, uma referente ao trabalhador com seu tomador de serviços do trabalho e outra de direito público com a Previdência Social e o direito à aposentadoria é subjetivo, público, exigível do estado, cuja obrigação é criar um modelo jurídico que abarque com justiça todas as pessoas que efetivamente contribuíram para a previdência social.

3.2 Assistências ao idoso

Diante dos diversos e numerosos tipos de problemas que a humanidade enfrenta permanentemente e que se agrava com o processo da civilização, um dos mais sérios é o do crescente número de pessoas atingindo a chamada terceira idade. Demógrafos, cientistas sociais, psicólogos, economistas e autoridades públicas em geral dedicam atenção cada vez mais especial e esse fenômeno demográfico inédito cuja extensão e possíveis efeitos não se dispõem de uma ideia segura.

O aumento da expectativa de vida da população e também a elevação da expectativa de sobrevivência, ou seja, a quantidade de anos a mais de vida estimada para cada faixa etária faz crescer cada vez mais o número de pessoas que se aposentam.

A expectativa de vida dos brasileiros, atualmente, é de 73 anos, o que representa mais de 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Em 2050, a expectativa de vida alcançará 81 anos. Nessa época, o País terá igual número de idosos e de jovens, que representarão 18% da população geral, ou 47 milhões de pessoas em cada uma dessas faixas etárias (FRANÇA; SOARES, 2009, p.740).

O contínuo e acentuado aumento da duração de vida humana, adiciona um número crescente de anos aos períodos antes previstos, acarretando num crescimento da necessidade de programas de assistência ao idoso, os programas de preparação para aposentadoria vêm de encontro a essa crescente necessidade, paralelo ao problema previdenciário, que em tempo algum conseguiu prestar assistência de forma satisfatória, no real sentido do serviço social, a todos os idosos, isso se torna mais difícil à medida que o número de idosos cresce acentuadamente.

Ao se falar em idoso, é preciso buscar o conceito de idoso, em sentido legal, jurídico, temos de procurar a resposta na legislação atual, que estabelece o momento cronológico, etário, em que tem início à idade avançada, idade esta cada vez mais conhecida como terceira idade.

A constituição não esclarece claramente um limite único. O Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 01.10.03) é mais precisa neste caso, e não poderia deixar de ser, regulamenta as determinações constitucionais e fixa a idade a partir da qual a pessoa é considerada idosa: idoso é a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos. Seus 118 artigos garantem todas as oportunidades e facilidades para a preservação da saúde física e mental e seu aperfeiçoamento intelectual e social, em plenas condições de liberdade e dignidade, também dispõe sobre os direitos dos idosos, as medidas de proteção, a política de atendimento ao idoso, o acesso à justiça, além de definir crimes específicos.

Analisando o Estatuto do Idoso pode-se mencionar que alguns direitos previstos no estatuto só abrangem pessoas com idade superior a 65 anos, caso do transporte coletivo gratuito, urbano e semiurbano, nesse sentido têm-se também a Lei Orgânica da Assistência social (Lei n. 8.742, de 07.12.93) que indica um auxílio ao idoso, auxílio este que tem o valor de um salário mínimo, tido como o valor mínimo dos benefícios da previdência social.

Alguns direitos do estatuto remetem de forma direta a algumas previsões constitucionais, como por exemplo, o direito a vida, a liberdade e dignidade, enquanto outros indicam uma proteção exclusivamente direcionada à população idosa.

O direito à vida deve ser compreendido no seu sentido mais amplo, isto é, não se pode considerar apenas o sentido físico-biológico da vida, deve-se aqui incluir o amparo de toda uma sociedade para que o idoso possa ter uma vida saudável, com respeito, dignidade e amparo, este com especial atenção do núcleo familiar. O envelhecimento é elevado à categoria de um direito personalíssimo, constituindo sua proteção um direito social da pessoa. Para tanto se impõe aqui uma obrigação estatal de efetivação de políticas públicas que garantam essa condição.

O direito a liberdade se expressa na faculdade do idoso de poder ir e vir, estar em espaços públicos e espaços comunitários, também na opinião, na expressão, na

crença, na religião, na prática esportiva, no lazer na participação da vida familiar e comunitária, bem como na vida política na formada lei.

O direito ao respeito consiste na preservação da integridade física, psíquica e moral, incluindo a proteção da identidade e autonomia, a preservação de seus valores, ideias, crenças, espaços, objetos pessoais bem como sua imagem.

Referente à dignidade, o Estatuto dispõe que todos devem zelar por ela, salvaguardando o idoso de qualquer tratamento desumano, violento, constrangedor ou vexatório, destacando que a dignidade constitui fundamento da República Federativa do Brasil sendo reforçada no Estatuto do idoso.

O Estatuto dispõe que é solidária a obrigação de alimentar o idoso, ficando a cargo de esse optar entre os prestadores, já a legislação civil reza que os alimentos podem ser solicitados aos parentes, cônjuges ou companheiros, observada as necessidades do reclamante e as possibilidades da pessoa obrigada a prestá-los, dessa forma o idoso tem a possibilidade de optar entre requerer alimentos na forma do Estatuto ou do Código Civil, visando sempre o intuito de facilitar e tornar mais ágil a prestação de alimentos à pessoa idosa.

No tocante à saúde, o Estatuto prevê uma atenção especial e integral do SUS (Sistema Único de Saúde), para a prevenção, proteção e recuperação da saúde, especialmente no que se refere às doenças que mais costumam afetar a população idosa, incluindo a instalação de unidades geriátricas de referência, com pessoal capacitado e também o atendimento domiciliar quando o idoso estiver incapacitado de locomover-se. Outro direito do idoso segundo o Estatuto é de um acompanhante em casos de internação, ficando a cargo do órgão de saúde proporcionar as condições necessárias para a permanência desse acompanhante, devendo apresentar justificativa por escrito caso seja negada essa condição de permanência.

É obrigação de o Estado criar oportunidades de acesso à educação da pessoa idosa a educação, o Estatuto também determina que o Ministério Público apoie a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentive a publicação de livros e periódicos com conteúdo adequado ao idoso, facilitando a leitura, devido a sua natural redução da acuidade visual. Pode-se citar como exemplos de tais previsões a instalação dos programas denominados Universidade da Terceira idade, mantidos por diversas instituições de ensino superior, a própria UNESP mantém esse programa em diversos câmpus.

No contexto da educação formal, o Estatuto determina que os currículos dos diversos níveis de ensino sejam dirigidos ao processo de envelhecimento, com lições sobre respeito e valorização do idoso, buscando eliminar o preconceito, gerando conhecimento sobre o tema.

Nas atividades culturais e de lazer representadas pelo direito de participação do idoso, além da prioridade ao acesso, o mesmo deve receber um desconto de pelo menos 50% nos ingressos.

As Secretarias de Esporte, Lazer e Turismo, em conjunto com o Fundo Social de Solidariedade, devem realizar os jogos regionais do Idoso, com o objetivo de reverter à imagem do idoso na sociedade, conquistar respeito através do esporte das demais gerações, incluir o idoso em atividades esportivas, proporcionar a troca de experiência entre os idosos e os idosos e as demais gerações, valorizar e incentivar a prática esportiva na terceira idade como fator de promoção e bem-estar e resgatar a autoestima da pessoa idosa.

No que diz respeito à profissionalização e ao trabalho, o Estatuto diz que o idoso tem o direito de exercer atividade profissional, respeitando-se sempre suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, não devendo ser contratada em casos que envolvam trabalho pesado, carga psicológica de alta pressão, sobrecarga de horário, uma vez que essas condições não observam os limites e condições ligadas à pessoa idosa.

O Poder Público tem o dever de criar e fomentar programas que se destinam aos idosos para aproveitamento de suas habilidades e potenciais, criando estímulos às empresas privadas para a admissão de idosos, por outro lado, os trabalhadores devem ser preparados para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano, estimulados a participar de novos projetos sociais de seu interesse, além de esclarecimento sobre seus direitos sociais e de cidadania.

Teoricamente a Previdência Social demonstra certa preocupação em garantir que o valor dos benefícios a serem pagos aos segurados idosos, nas aposentadorias e pensões mantenham seu valor real, assegurando a manutenção da qualidade de vida quando da inatividade.

A Constituição Federal diz que a Assistência Social tem por objetivo, dentre outros, a proteção à velhice e esta se distingue da Previdência Social pela ausência da contra prestação, ou seja, da contribuição, como ocorre no sistema

previdenciário. A Constituição Federal prevê a garantia de um salário mínimo de benefício as pessoas portadoras de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover sua própria manutenção ou tê-la provida por sua família, esse benefício assistencial foi disciplinado pela Lei Orgânica da Assistência social (Lei n. 8.742, de 07.12.93), já citada num momento anterior.

O Estatuto também assegura uma moradia digna ao idoso seja junto a sua família ou à instituição pública ou privada, na ausência da família, ou constatando a ausência de recursos financeiros próprios ou da família, cabe ao Estado o dever de prestar assistência integral ao idoso.

As entidades que se dedicam ao atendimento de pessoas idosas devem manter um padrão de habitação compatível com suas necessidades, além de prover uma alimentação saudável e higiene, é facultada a cobrança em algumas entidades de longa permanência, ou casa lar, desde que não exceda 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social que o idoso dispuser.

Em programas de habitação que envolve dinheiro público 3% das unidades disponibilizadas devem ser destinadas a pessoas maiores de 60 anos de idade.

Além de o Estatuto garantir um transporte coletivo, urbano e semiurbano gratuito como supracitado, no transporte coletivo interestadual existe a garantia de que duas vagas sejam destinadas, gratuitamente, para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e um desconto de 50% para os idosos que excederem as vagas gratuitas.

Os estacionamentos públicos e privados, segundo o Estatuto do idoso devem reservar 5% de suas vagas para os idosos, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir uma melhor comodidade e mobilidade ao idoso.

No acesso a justiça, é assegurada prioridade ao idoso na tramitação dos processos e procedimentos, na execução de diligências judiciais, em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, em qualquer instância. Para fazer valer esse benefício o interessado deverá formular um requerimento à autoridade judiciária ou administrativa competente, comprovando sua idade.

No tocante a condutas consideradas crimes contra a pessoa idosa o título VI determina que essas condutas, cuja pena máxima privativa de liberdade não

ultrapasse quatro anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei n. 0.099, de 26 de setembro de 1995 e, subsidiariamente, no que couberem, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal. Por meio do Estatuto algumas disposições do Código Penal brasileiro, da Lei de Contravenções Penais e da Lei n. 368/76 (Lei de Tóxicos) foram alteradas, para incluir como causa de aumento de pena ou agravante genérica a circunstância da vítima ser pessoa idosa, com o objetivo de protegê-la de condutas agressivas.

3.3 Nova regra da aposentadoria

A nova regra para se aposentar começou a valer no dia 18 de junho de 2015. Ela estabelece uma nova fórmula de cálculo de aposentadoria por tempo de contribuição, tendo como base a expectativa de vida da população e o tempo de contribuição do trabalhador que para ter acesso ao benefício integral, além de cumprir um período mínimo de contribuição que continua sendo de 30 anos para mulheres, e 35 para homens, precisa ser levado em consideração também sua idade. A somatória da idade para homens deve atingir 95 pontos e as mulheres 85, recebendo um ponto de forma progressiva nos anos de 2017, 2019, 2020, 2021 e 2022, não ultrapassando o teto previdenciário de R\$ 4.663,75, podendo o beneficiário abrir mão do fator previdenciário, tendo um ponto de acréscimo, nas datas citadas acima, atrasando o benefício, o fator previdenciário também atrasa o benefício de quem se aposenta por tempo de contribuição antes de atingir os 60 anos de idade no caso das mulheres e 65 para os homens.

3.4 Entendendo o envelhecimento para uma melhor qualidade de vida

O envelhecimento pode ser conceituado como a soma de todas as alterações biológicas, psicológicas e sociais que levam a uma redução gradual da capacidade de adaptação e desempenho psicofísico do indivíduo depois de alcançar a idade adulta e ultrapassar a idade de desempenho máximo.

Ainda que na perspectiva individual tenha uma conotação de uma situação não desejada, não pode ser amenizado e se não for levado em consideração numa perspectiva de melhoria de qualidade de vida pode ter como resultado a morte precoce do indivíduo, porém numa perspectiva coletiva tem sido um dos anseios das

sociedades diversas, de forma cada vez mais intensa, isto é, viver abundantemente tem se tornado uma realidade.

O envelhecimento das diversas populações é um processo combinatório de uma baixa taxa de fecundidade, com uma maior expectativa de vida ao nascer, expectativa esta que se renova com a superação dos intervalos da vida dos seres humanos mais suscetíveis a morte. O envelhecimento individual não é um processo linear, depende das múltiplas e complexas interações entre a herança genética, o estilo de vida e o extrato socioeconômico e geográfico no qual o indivíduo está inserido, ocorrendo de forma progressiva, de diferentes mecanismos do processo natural do envelhecimento e daqueles que caracterizam as doenças comuns do idoso.

No Brasil atual existe um processo denominado “bônus demográfico”, é o momento em que a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Isso acontece quando há um grande contingente da população em idade produtiva e um menor número de idosos e crianças.

A principal razão desse bônus é a queda na taxa de fecundidade, que em 2004, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, chegou no Brasil a 2,1 filhos por mulher e hoje já se encontra menor que 2, nível de mera reposição populacional [e nos próximos 30 anos chegará ao menor nível histórico] (NETTO, 2009, p. 81).

Em seu sentido ontológico e independente, o trabalho continua sendo o elemento central na vida do sujeito histórico, ou seja, uma categoria de interpretação na da condição humana, funciona como uma espécie de identidade individual, do indivíduo inserido num contexto, orientado pela ação e mesmo com as rápidas transformações ele ainda mantém sua centralidade.

O trabalho envolve dimensões cognitivas e afetivas por parte daquele que o realiza, ocupando grande parte da rotina do trabalhador, além disso, ele possui um elemento a mais que é a sua “não neutralidade” em relação à vida e à saúde das pessoas, levantando novamente a sua dialética: “ao mesmo tempo que oprime, liberta; é a fonte de prazer e de angústia; produz saúde e doença” (NETTO, 2009, p. 82). Por esse motivo na aposentadoria se vivencia uma crise, e na maior parte das vezes esta crise pode impactar a vida das pessoas, para o bem ou para o mal.

Muito mais do que mudanças no corpo o processo do envelhecimento engloba aspectos emocionais, cognitivos e sociais e pensar a qualidade de vida na

velhice requer atentar para a multidimensionalidade e multidirecionalidade destes conceitos muitas vezes não observados.

Em relação à saúde, qualidade de vida e aposentadoria deve-se levar em consideração dois aspectos, o primeiro é que as pessoas que trabalham apresentam melhores condições de saúde do que a população em geral, e que as pessoas doentes e incapazes, geralmente são excluídas do mercado de trabalho, o segundo é que a maioria dos idosos encontra-se satisfeita com sua vida em geral e essa satisfação está relacionada com aspectos específicos de suas vidas como a presença do conforto domiciliar, a valorização do lazer como qualidade de vida, o acordar se sentindo bem pela manhã, o fato de não referirem solidão, a possibilidade de realizar três ou mais refeições diárias e a ausência de doenças relacionadas à idade.

Referente à autoestima e autoimagem, pode-se considerar estas construções que se iniciam ainda na primeira infância que dependem e se organizam pelo desenvolvimento da linguagem e do cognitivo, contribuindo para uma gradativa autonomia.

A autoimagem do aposentado deve ser aquela de missão cumprida, do dever realizado, do sentimento de contribuição para o bem de alguém, seja da própria família, da coletividade, da nação, em primeiro lugar para si mesmo, dessa forma sua autoestima estará num alto patamar, onde a ação do tempo não a arruinará.

As escolas, as universidades tanto quanto as empresas e organizações por serem lugares por excelência da produção do conhecimento, devem abrir um espaço maior para se falar sobre a aposentadoria que será um dia, vivido por nós, ou pelo menos para aqueles que alcançarem esta idade, e conseqüentemente preparar melhor seus colaboradores, funcionários, agentes e a comunidade em geral para esta realidade, evitando assim, problemas em diversas esferas como a esfera da saúde física e emocional, além de problemas psicossomáticos.

Diferentes questões se sobressaem ao envelhecimento, trabalho e inatividade, a de maior relevância, é que os países subdesenvolvidos apresentam programas de qualidade de vida precária e em pouca quantidade, na esfera pública essa proporção se torna ainda menor, acarretando num número muito elevado de doenças ocupacionais e na inexistência de ações sistemáticas de preparação e

acompanhamento do envelhecimento de trabalhadores, contexto dentro do qual um dos apêndices de suma importância é a preparação para a aposentadoria.

Referente ao impacto da aposentadoria nas relações familiares pode-se dizer que a aposentadoria seguida da velhice e doença causa violentos impactos nessas relações, promovendo conflitos, desavenças e às vezes até o divórcio. Percebe-se que as famílias não se preparam para a chegada da aposentadoria, geralmente porque não aceitam a ideia da perda dos entes queridos e nem da queda de suas capacidades físicas e mentais. Condições emocionais e materiais também dificultam o bom relacionamento e tratamento dos seus idosos, necessitando aderir a instituições pela desatenção dada pelo setor público.

Por outro lado, o modelo de cuidados que são passados para as próximas gerações pelas suas famílias, influencia e plasma a educação dos seus descendentes, esse modelo tem cada vez mais garantido uma cultura de respeito ao idoso. A qualidade de vida nessa fase depende muito da maneira como as famílias viveram todos esses anos e das relações que construíram durante esse percurso. O amor e a dedicação ao idoso contribuem de forma inexorável para uma melhor qualidade de vida, aumentando a autoestima e a autoimagem e diminuindo a incidência dos sintomas mais graves de doenças senis.

4 O PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA DA UNESP – PPA

Em um mundo em que a expectativa de vida se eleva e as tecnologias avançam e encurtam distâncias, as relações sociais e culturais são influenciadas por múltiplos fatores. Assim, os PPA's devem estar abertos a novas tecnologias e linguagens, especialmente quando potencializam espaços de reflexões das vivências para se reinventar.

O cinema está presente na vida das pessoas e não pode ser desconsiderado ou simplesmente abolido do sistema educativo, seja ele formal ou não. Os filmes oferecem múltiplas linguagens para trabalhar a formação humana e são fontes de conhecimento que propõem a reflexão a partir de uma “reconstrução da realidade”, consolidando-se como um forte elemento politizador.

Além de temas diretamente relacionados à aposentadoria, a exibição de filmes no PPA da UNESP também possibilita a abordagem de temas polêmicos, sociais e reflexivos, que em algum momento e de alguma forma podem estar relacionados à aposentadoria, como envelhecimento, processo saúde x doença, relações familiares e questões sociais.

O uso do cinema no PPA da UNESP, aliado a realização de palestras e a inserção nos programas de atividade física, deve ser visto como excelente ferramenta para trabalhar tais problemas supracitados em diferentes esferas.

No desenvolvimento da parte prática do programa, são utilizados filmes relacionados à aposentadoria, temas polêmicos, sociais e reflexivos, exibidos semanalmente, utilizando-se o Anfiteatro da Biblioteca, com condições adequadas para exibição de filmes, como assentos confortáveis, Ambiente escuro, ar condicionado, lousa, computador, projetor de imagens, tela para projeção, caixa de som, mesa com cadeiras.

O método consiste na problematização do conteúdo do filme, o agente de preparação para aposentadoria assiste ao filme antes de exibi-lo para os participantes, após a observação do filme são extraídas hipóteses para serem trabalhadas durante a roda de conversa, realizada após o término do filme. Os participantes relatam cenas ou situações que lhes chamaram atenção e o agente de preparação interno, aqueles diretamente ligados ao projeto, torna-se um moderador

responsável por relacionar o relato dos participantes às hipóteses levantadas pelo agente.

Mensalmente, os palestrantes abordam temas relacionados à aposentadoria em palestras que duram de uma hora a duas horas, remetendo os participantes a informação, reflexões e análises, ficando a critério do palestrante ou facilitador implantar técnicas de dinâmicas de grupo. Em ambos os casos, filmes e palestras, demonstra-se a importância da atividade física como forma de recuperar o sentido lúdico da vida.

Para as palestras utiliza-se um Anfiteatro maior que dispõe dos mesmos materiais acima citados, com a participação de palestrantes que abordam os diferentes aspectos relacionados à aposentadoria. Para as atividades físicas são utilizados os programas já existentes, que contam com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação de educação física para orientar e acompanhar as atividades, os chamados agentes de preparação externos, que não possuem uma vinculação direta, porém pertencem ao quadro de organização do projeto.

Descrevem-se aqui temas contemplados nas palestras e observados nos filmes do PPA da UNESP resultando em discussões nos encontros: aspectos jurídicos e financeiros, como o informe das leis atuais que regem a aposentadoria, procedimentos para requerer a aposentadoria; mundo do trabalho, como a importância do trabalho na vida, ganhos financeiros e materiais, desemprego, intenção de continuar a exercer atividade remunerada; aspectos socioculturais da aposentadoria, como o papel do aposentado, destituição de sentido na sociedade, desligamento do mundo externo, enfrentamento de estereótipos em relação à figura do aposentado; aspectos psicológicos da aposentadoria, como a reconstrução da identidade pessoal, crise de identidade, perda do amor próprio; aspecto biológico e nutricional, como as consequências ocasionadas pelo mau hábito, ameaça ocasionada pela redução da atividade profissional na forma de surgimento ou agravamento de doenças, importância dos hábitos alimentares e realização de exames regulares; esporte e lazer, como a prática de atividades físicas, preservação do corpo, sedentarismo; organização de pequenos negócios, como o empreendedorismo, aspectos legais, características fundamentais ao êxito do negócio; família e aposentadoria, como a importância da família no processo de preparação para a aposentadoria e na vida, retomada de vínculos familiares,

realização de desejos adormecidos pelas exigências do trabalho; dependência de drogas na aposentadoria, como a utilização excessiva de drogas lícitas e ilícitas, motivos que levam ao uso de droga e fantasias relacionadas ao uso de drogas.

4.1 Sinopses dos filmes utilizados no programa de preparação para aposentadoria da UNESP no período de 29 de outubro de 2015 a 30 de março de 2016.

1. Filme exibido em 29 de outubro de 2015: "Feitiço do Tempo". Groundhog Day. Harold Ramis, Trevor Albert . Harold Ramis.EUA: Columbia Pictures Corporation. Columbia Pictures, 1993, 103 min., cor. Legendado.

Sinopse: Um repórter (Bill Murray) de televisão que faz previsões de meteorologia vai a uma pequena cidade fazer uma matéria especial sobre o celebrado "Dia da marmota". Pretendendo ir embora o mais rapidamente possível, ele inexplicavelmente fica preso no tempo, condenado a vivenciar para sempre os eventos daquele dia.

2. Filme exibido em 04 de novembro de 2015: "Mentes Perigosas". Dangerous Minds. Kate Guinzburg, Lucas Foster, Sandra Rabins. John N. Smith. EUA: Hollywood Pictures, Don Simpson/Jerry Bruckheimer Films. Disney Vídeo, 1995, 99min., cor. Legendado.

Sinopse: Uma ex-oficial da marinha abandona a vida militar para ser professora de inglês. Só que logo na primeira escola em que começa a lecionar, ela vai se deparar com diversas barreiras. Sendo um colégio de um bairro periférico, a classe conta com jovens cansados do preconceito da pobreza, ela tem que lidar com a rebeldia dos alunos. Como a professora Louanne Johnson não consegue ensinar literatura através de métodos convencionais, ela parte para outras formas de ensino, tentando ajudar a turma através de métodos pouco convencionais.

3. Filme exibido em 11 de novembro de 2015: "A Menina que Roubava Livros". The Book Thief. Karen Rosenfelt, Ken Blancato. Brian Percival. EUA/Alemanha: Fox 2000 Pictures. Fox filmes, 2014, 131 min., cor. Legendado.

Sinopse: Durante a Segunda Guerra Mundial, uma jovem garota chamada Liesel Meminger (Sophie Nélisse) sobrevive fora de Munique através dos livros que ela rouba. Ajudada por seu pai adotivo (Geoffrey Rush), ela aprende a ler e partilhar

livros com seus amigos, incluindo um homem judeu (Ben Schnetzer) que vive na clandestinidade em sua casa. Enquanto não está lendo ou estudando, ela realiza algumas tarefas para a mãe (Emily Watson) e brinca com a amigo Rudy (Nico Liersch).Dirigido por Brian Percival.

4. Filme exibido em 18 de novembro de 2015: “Lugares Comuns”. Lugares Comunes. Adolfo Aristarain, Gerardo Herrero. Adolfo Aristarain. Espanha/Argentina: Europa Filmes, 2002, 112 min., cor. Legendado.

Sinopse: A vida do professor universitário argentino muda depois que ele é obrigado por decreto a se aposentar. Ao lado de sua mulher, com quem faz um casal apaixonado e dedicado, viaja para a Espanha para visitar o filho. Eles se amam, se respeitam e são fiéis um ao outro, e nunca se cansam de estar a sós, somente os dois. Na volta, assustados como custo de vida de Buenos Aires, procuram novas ocupações mudando-se para uma fazenda onde pensam em plantar lavanda. Como num tango saudosos, o professor aposentado sonha com dias melhores, enquanto passa sua vida a limpo no diário que escreve.

5. Filme exibido em 25 de novembro de 2015: “A Ópera dos Três Vinténs Die 3 Groschen-Oper. Georg Wilhelm Pabst. Wolfgang Staudte. Alemanha: Coproducción Alemania del Oeste-Francia; Kurt Ulrich Film GmbH e C.E.C. Films. René Chateau Video, Home Vision Entertainment (HVE), 1931, 124 min., cor. Legendado.

Sinopse: O Sr. Peachun é tido como amigo dos mendigos, mas na verdade é um explorador profissional da mendicância, fornecendo roupas andrajosas que possam causar piedade e recebendo em troca uma boa porcentagem do dinheiro arrecadado. Polly, sua filha, está apaixonada por Mecheath, vulgo Mackie Messer, bandido notório e mulherengo, que também explora o submundo, cobrando uma taxa de todos os crimes cometidos na cidade e oferecendo a proteção do chefe da polícia, Tiger Brown, seu amigo e ex-companheiro de exército. Mackie Messer e Polly se casam em uma cerimônia duvidosa. Quando o senhor Peachun toma conhecimento do casamento da filha, denuncia o bandido à polícia.

6. Filme exibido em 02 de dezembro de 2015: “O Agente da Estação”. The Station Agent. Kathryn Tucker, Mary Jane Skalski, Robert May. Thomas McCarthy. EUA: SenArt Films, Next Wednesday Productions. Next Wednesday Productions, 2003, 89 min., cor. Legendado.

Sinopse: Finbar McBride (Peter Dinklage) anseia por uma vida tranqüila e reservada. No entanto, medindo um pouco mais de um metro, fica praticamente impossível para ele se misturar na multidão. Nascido com nanismo, Finbar escolhe então uma rotina de reclusão para fugir da atenção demasiada que a sua pequena estatura provoca. Ele passa a maior parte do tempo cuidando de sua maior paixão: os trens. Após uma série de eventos Finbar se muda para uma estação de trem abandonada, onde espera ter a paz que tanto deseja. Mas ele logo se envolve, involuntariamente, com um artista que acabou de sofrer uma terrível tragédia pessoal e com um vendedor cubano de cachorro-quente excessivamente amigável.

7. Filme exibido em 09 de dezembro de 2015: "O quarteto". Dustin Hoffman Inglaterra: Headline Pictures, BBC Films, DCM Productions, Finola Dwyer Productions. Diamond Filmes, 2013, 98 min., cor. Legendado.

Sinopse: Cissy (Pauline Collins), Reggie (Tom Courtenay) e Wilfred (Billy Connolly) vivem em um lar para músicos aposentados. Diversas personalidades famosas, hoje aposentadas, convivem juntas, treinando seus dotes musicais e lembrando os tempos de sucesso. Todos os anos a casa realiza um concerto para recolher fundos que permitem a sobrevivência da instituição. A celebração, é claro, é feita com apresentações musicais. Porém, quando Jean (Maggie Smith), ex-esposa de Reggie, integra a casa de repouso, a harmonia do local é quebrada. Enquanto os organizadores da festa veem na presença de Jean uma oportunidade única de refazer o famoso quarteto que interpretou Rigoletto, com Cissy, Reggie e Wilfred, a nova habitante recusa-se a cantar. As amizades e os amores de antigamente são questionados na tentativa de convencê-la.

8. Filme exibido em 16 de dezembro de 2015: "Uma História do Brooklyn". Brooklyn Kevin Jordan Lobster. EUA: Daylight, 2005, 90 min., cor. Legendado.

Sinopse: Uma História do Brooklyn traz Danny Aiello, como Frank, o proprietário de criadouro de lagostas do Brooklyn que enfrenta problemas financeiros. A família dona do criadouro durante muitas décadas, sob pressão tem que achar novas formas de se relacionar. Inclusive Michael (Daniel Sauli) o filho que havia escolhido uma vida completamente diferente daquele ramo. Baseado em uma história real.

9. Filme exibido em 09 de março de 2016: "O sorriso de Monalisa". Mona Lisa smile. Fredward Johanson. Mike Newell. EUA: Revolution Studios. Columbia Pictures do Brasil, 2002, 119 min., cor. Legendado.

Sinopse: Katharine Watson (Julia Roberts) é uma recém-graduada professora que consegue emprego em um conceituado colégio, para lecionar aulas de História da Arte. Incomodada com o conservadorismo da sociedade e do próprio colégio em que trabalha, Katharine decide lutar contra estas normas e acaba inspirando suas alunas a enfrentarem os desafios da vida.

10. Filme exibido em 16 de março de 2016: “Para Sempre Alice”. Still Alice. Lex Lutzus James Brown. Pamela Koffler EUA/França: Killer Films, Backup Media, Big Indie Pictures, BSM Studio. Sony Pictures Classics, 2014, 101 min., cor. Legendado. Sinopse: A Dra. Alice Howland (Julianne Moore) é uma renomada professora de linguística. Aos poucos, ela começa a esquecer certas palavras e se perder pelas ruas de Manhattan. Ela é diagnosticada com Alzheimer. A doença coloca em prova a

força de sua família. Enquanto a relação de Alice com o marido, John (Alec Baldwin), fragiliza, ela e a filha caçula, Lydia (Kristen Stewart), se aproximam.

11. Filme exibido em 23 de março de 2016: “Olga”. Carlos Eduardo Rodrigues. Bruno Wainer Marc Beauchamps. Jayme Monjardim. Brasil: Globo Filmes, Lumière Pictures. Europa Filmes, 2004, 141 min., cor. Português.

Sinopse: Olga Benário (Camila Morgado) é uma militante comunista desde jovem, que é perseguida pela polícia e foge para Moscou. Em Moscou, Olga faz treinamento militar. Lá ela é encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes (Caco Ciocler) ao Brasil para liderar a Intentona Comunista de 1935, se apaixonando por ele na viagem. Com o fracasso da revolução, Olga é presa com Prestes. Grávida de 7 meses, é deportada pelo governo Vargas para a Alemanha nazista e tem sua filha Anita Leocádia na prisão feminina do Campo de Concentração de Barnimstrabe. Afastada da filha, Olga é então enviada para o Campo de Concentração de Ravensbrück, onde é morta na Câmara de Gás.

12. Filme exibido em 30 de março de 2016: “Jango”. Hélio Ferraz. Silvio Tandler. Brasil: Caliban Produções Cinematográficas, 1984, 117 min., cor. Português. Sinopse: “Produzido em 1984, no contexto da ‘abertura política’, quando das manifestações populares pelas ‘Diretas Já’, o filme Jango, é um libelo pela democracia, apesar de não ser um filme panfletário”.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os conhecimentos acessados pela revisão da literatura, além de subsidiar os aspectos abordados na Introdução deste trabalho, foram apresentados e discutidos nos seguintes tópicos:

- ORIGEM DA RELAÇÃO ENTRE O CINEMA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL
- A SIGNIFICAÇÃO DOS FILMES
- O CINEMA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
- O PROCESSO DE APOSENTADORIA
- O PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA DA UNESP

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se estabelecer a importância dos Programas de Preparação para Aposentadoria, bem como constatar a eficácia da estratégia de reunir as diferentes linguagens oferecidas pelo cinema proporcionando informação e reflexão através dos elementos e recursos supracitados, relacionando o cinema com a educação como: a natureza pedagógica do cinema, seus elementos significadores, o contexto histórico-social do sujeito espectador, a significação dos filmes e o uso do cinema nas instituições de ensino. Os PPA's ainda são raros nas instituições, mas houve algumas iniciativas experimentais na década de 70 e início de 80, porém devido à ditadura militar, os trabalhadores recebiam com desconfiança estes programas.

Houve uma retomada nos primeiros anos deste milênio, porém a instabilidade econômica vigente no Brasil ocasionou um baque nesses programas, fazendo com que minguassem novamente. Somente a partir de 2003 identifica-se no Brasil um movimento consolidado e crescente dos Programas de Preparação para a Aposentadoria, impulsionados pela transformação dessa política em direito, pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto do Idoso.

A metodologia e conteúdos do Projeto de Extensão PPA-UNESP Rio Claro têm servido de base para a implantação de programas em órgãos da administração pública, como as Prefeituras Municipais de Limeira e Rio Claro, além da Associação de Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP, por meio do Programa Nova Etapa.

Apesar do desejo, do objetivo de muitas pessoas de se aposentar, a aposentadoria é um dos marcos do envelhecimento e este traz consigo diferentes sentidos, afetando não só o trabalhador, mas também sua família, seu círculo social e até mesmo o seu empregador.

Tendo em vista a compreensão do processo de aposentadoria, há momentos que proporcionam uma reflexão sobre possíveis perdas e ganhos referentes ao afastamento do trabalho, bem como uma orientação visando o auxílio no planejamento desse momento ímpar, a aposentadoria.

Nas questões sociojurídicas e filosóficas desse processo, analisa-se o trabalho como um fato social, demonstrando tal importância e o seu significado na perspectiva econômica e filosófica.

No que diz respeito à saúde, um aspecto essencial para o aposentado, refere-se à concepção física, mental e social. Outro aspecto a destacar é a necessidade de se passar por um período de preparação para aposentadoria devido a uma possível desconstrução da identidade do indivíduo observada a partir da aposentadoria e suas consequências. Finalmente, destacam-se as ações “pós-aposentadoria”, reconhecendo aqui o papel histórico-filosófico do trabalho na vida do indivíduo e das consequências que o fim do vínculo empregatício pode gerar em sua vida, agregadas a fatores provenientes do envelhecimento.

REFERÊNCIAS

ABRAPP. Os riscos da transição para aposentadoria. Fundos de pensão, v. 22, n.287, p. 37-40, set. 2003.

ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: liber livros, 2005. P.7-70.

ALMEIDA, J. C. M. Cinema Contra Cinema: bases gerais para um esboço de organização do cinema educativo no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

As novas regras da aposentadoria. Fasernemdia, Natal, v. 25, n. 177, p.2-4, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.fasern.com.br/download/jornal/2015/junho.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

BALÁZS, B. Nós estamos no filme. Em: I. Xavier (Org.). A experiência do cinema: antologia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1945/2003.

BRASIL. Decreto 21.240 de 04 de abril de 1932. Nacionaliza o Serviço de Censura dos Filmes Cinematográficos, Cria a Taxa Cinematográfica para a Educação Popular e dá Outras Providências. Disponível em: <<http://www.ancine.gov.br/legislacao/decretos/decreto-n-21240-de-4-de-abril-de-1932>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

CARMO, L. Revista Ibero Americana de Educação. No. 32: Mai/Ago 2003. Disponível em <<http://www.rieoei.org/rie32a04.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

DEBETIR, E.; MOTEIRO, L. A. dos S. Qualidade de vida e preparação para a aposentadoria na Universidade Federal de Santa Catarina. In: XXIII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós –Graduação em Administração – ENANPAD. Anais... Foz do Iguaçu, 1999. CD-ROM.

DUARTE, R.; ALEGRIA, J. Formação Estética Visual: Um outro olhar para o cinema a partir da educação. Educação & Realidade, v.33, n.1, p. 59-80, jan/jun. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/6687/4000>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DUARTE, R. Cinema & Educação. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FAGUNDES, L. A complexa hora de pendurar as chuteiras. Carreira e sucesso. Newsletter.346. ed. Disponível em:

<http://www.catho.com.br/jcs/inpuer_view.phtml?id=9403>. Acesso em: 05 mar. 2016.

FRANÇA, L. H. de F. P. Qualidade de vida na terceira idade. Revista Ciclo, n.3, dez. 2000.

FRANÇA, L. H. de F. P.; SOARES, D. H. P. Preparação para aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. Psicologia Ciência e profissão, Brasília, v.29, n.4 p.738-751, 2009.

FRANÇA, L. H. de F. P.; CARNEIRO, V. L. Programas de preparação para a aposentadoria: um estudo com trabalhadores mais velhos em Resende (RJ). Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 429– 447 2009.

GRAEFF, L. Representações sociais da Aposentadoria. Textos envelhecimento, v. 4, n.7, 2002.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. Metodologia da Pesquisa: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum Editora, 2010.

KLAUS, V. Cinema & educação: refletindo sobre cinema e educação. Rev. Bras. Educ.[online]. n.23, p. 171-173, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14132478200300020001>. Acesso em: 24 abr. 2016.

Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Lei_principal.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

LOURENÇO F. Prefácio. In: ALMEIDA, J. C. M. Cinema Contra Cinema: bases gerais para um esboço de organização do cinema educativo no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1931, pp. 3-6.

MUNSTERBERG, Hugo. A atenção. Em: I. Xavier. (Org.). A experiência do cinema: antologia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1970/2003.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, M. K. DE. V. Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2004.

PEIXOTO, Afrânio. Um Sonho, um Belo Sonho. O Jornal, Rio de Janeiro, p. 5, 14 set. 1929.

PEREIRA NETTO, J.P. (Org.). Preparação para a Aposentadoria: você já pensou sobre isso? São Paulo: LTr, 2009.

VARGAS, G.D. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

SERRANO, Jonathas. Epítome de História Universal. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1912.

VICENTE, A. L.; JUNIOR G. F.; COSTA A. M. M. R.; COSTA, J. L. R. O Uso do Cinema como Alternativa de Educação Não-Formal em Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA). In: CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, n.8, 2015, Rio Claro - SP.

VICTORELLI, L. Aposentadoria: aprender a parar. Jornal da USP on line. Disponível em:
<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/1999/jusp471/mancheet/rep_res/rep_int/pesqui4html>. Acesso em: 29 out. 2015.

VIGOTSKI, L. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZANELLI, J. C. Programa de Preparação Para Aposentadoria. Florianópolis: Insular, 1996. (Série Prática, V. 1).

André Luís Vicente

José Luiz Riani Costa – Orientador

Gilson Fuzaro Junior - Co-orientador